

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

A catástrofe que se abateu sobre a Ilha da Madeira a 20 de Fevereiro de 2010 deixou marcas profundas na vida das populações de muitas localidades, marcas essas que se prolongam no tempo e que estão ainda bem vivas na memória individual e colectiva.

Para além da consequência mais grave e absolutamente irreversível deste acontecimento que foi a trágica perda de 52 vidas humanas, são igualmente de salientar os avultados danos materiais resultantes do temporal que fustigou boa parte da ilha,

com especial incidência nos concelhos da costa sul, danos esses que, segundo a Comissão Paritária que tinha a responsabilidade de inventariar os prejuízos, ascenderam aos 1.000 milhões de euros.

A “Lei de Meios”, foi a resposta encontrada pelos órgãos de governo, nomeadamente do Governo Central, para fazer face à urgente necessidade de reconstrução da Região Autónoma da Madeira que inicialmente deveria vigorar por período de três anos (2010-2013), e depois prolongada por várias vezes, visava as intervenções num conjunto alargado de áreas, nomeadamente no âmbito das estradas, hidrologia (especialmente na regularização de cursos de água), redes de saneamento básico e distribuição de energia eléctrica, habitação (reconstrução e

realojamento), actividades económicas, estabelecendo um calendário de transferências de verbas para fazer face à concretização das mesmas. Contudo, desde o início que a aplicação deste instrumento não correspondeu àquelas que seriam as reais prioridades de reconstrução e recuperação; na área da Habitação, por exemplo, o saldo é francamente negativo, continuando ainda muitas famílias a viverem em habitações provisórias, e muitas outras impossibilitadas de regressarem aos seus locais de habitação. Não se concretizaram as intervenções apontadas como absolutamente necessárias nas áreas classificadas como sendo de risco, nas zonas altas e super altas dos concelhos, não se consolidaram as escarpas e encostas alvo de

deslizamentos e que provocaram a grande maioria das vítimas humanas. Por outro lado, a intervenção nos cursos de água redundou na aplicação de um conjunto de técnicas de duvidosa eficácia (e que ainda não foram devidamente testadas) e, para coroar, qual “cereja no topo do bolo”, a orientação seguida de privilegiar prioridades erradas e/ou discutíveis, a intervenção na faixa litoral do centro da cidade do Funchal, com a junção das fozes das ribeiras de João Gomes e de Santa Luzia, e toda a construção, a partir do aterro depositado entre a foz da Ribeira de Santa Luzia e o antigo cais da cidade, de um conjunto de infraestruturas ao longo da faixa litoral da urbe, incluindo o novo cais de acostagem para embarcações de grande porte, nomeadamente navios de cruzeiro, o

tão falado “Cais 8”, criticado por muitos técnicos conceituados, pela edilidade e por praticamente todos os quadrantes políticos, constitui-se num verdadeiro sorvedouro de dinheiros públicos (cada vez mais escassos, diga-se de passagem...) e no desenvolvimento de um novo conjunto de perigos para a cidade, suas infraestruturas e populações.

Ao mesmo tempo que existe uma errada e inaceitável definição das prioridades no uso dos meios financeiros disponibilizados para a recuperação e para a reconstrução, que deveriam socorrer, desde logo, as vítimas directas desta catástrofe, a verdade é que, em virtude da brutal redução do investimento público, a “Lei de Meios”

foi manifestamente posta em causa, nos seus prazos e nas etapas de implementação.

É importante referir que grande parte do que falta fazer em relação aos danos do temporal de 20 de Fevereiro de 2010 é da responsabilidade, em primeiro lugar, do PSD-Madeira e dos executivos governativos assentes na sua maioria parlamentar que, no nosso entender, inverteu as prioridades a seguir, pois preferiu construir uma praça e um cais que não passa de um paredão, aproveitando igualmente para, a pretexto dos impactos do temporal, gastar mais alguns milhões na Marina do Lugar de Baixo, verdadeiro sorvedouro de verbas públicas sem qualquer tipo de retorno.

Também o atraso na reconstrução foi do Governo Central PSD/CDS-PP que esteve em funções entre 2011 e 2015, Governo esse que foi pouco solidário para com os Madeirenses, pois ao aplicar o “PAEF”, contribuiu para grandes atrasos e, em alguns casos, a regressão dos compromissos assumidos pelo Estado Português, uma vez que se exigiam limites ao investimento público na Região, e que não tiveram em conta a necessidade de garantir rapidamente as condições de segurança e de bem-estar às populações que foram esquecidas, e que esperam e desesperam pela resolução dos problemas resultantes dos impactos da catástrofe de 20 de Fevereiro de 2010.

Seis anos decorridos desde a catástrofe de 20 de Fevereiro de 2010, ainda há muito por fazer. Existem

zonas que deveriam ser consideradas prioritárias tendo em conta a necessidade de garantir a segurança de pessoas, bens e infraestruturas, mas que, infelizmente, estão negligenciadas, ficaram esquecidas no tempo, praticamente abandonadas à sua sorte e à mercê de eventuais acontecimentos futuros. Existem cidadãos que vivem em habitações que estão situadas em zonas de risco, e esperam e desesperam para que sejam feitas obras que garantam a sua segurança; sempre que chove com mais intensidade, ficam na angústia e na incerteza do que pode vir a acontecer, traumatizados pelos trágicos acontecimentos vividos há seis anos atrás, e outros, como o temporal de Outubro de 1993. As populações nestas situações não compreendem a estratégia que



foi aplicada pelo Governo Regional que, em muitos casos, optou por construir o acessório em vez de garantir rapidamente a segurança de quem sentiu na pele as consequências de tão trágicos acontecimentos.

Nas últimas semanas, estivemos em muitas localidades, denunciando não apenas o muito que falta fazer em relação à reconstrução pós-20 de Fevereiro de 2010, mas também as intervenções desastrosas que foram feitas um pouco por todos os concelhos afectados pelos catastróficos acontecimentos ocorridos em Fevereiro de 2010.

Podemos dar alguns exemplos:

No Funchal, na freguesia de Santo António, localidades como o Poço do Morgado, o Curral

Velho, o Sítio da Casa Branca, o Caminho dos Moinhos, os Três Paus, continuam a necessitar de intervenções para garantir a segurança de pessoas e bens, como por exemplo a sustentação das escarpas e até mesmo a consolidação das margens de linhas de água, pois em muitas situações as obras de reconstrução foram feitas junto das estradas principais, deixando zonas de risco sem qualquer intervenção, algo que é bem visível no Ribeiro do Trapiche.

Uma outra zona fortemente afectada pela aluvião de 20 de Fevereiro de 2010 foi a freguesia da Tabua, no concelho da Ribeira Brava, onde, em alguns sítios, as pessoas esperam e desesperam pelas obras cuja concretização é urgente e essencial para

garantir a sua segurança, como é o caso dos sítios da Terça e dos Lugares, e na Ribeira da Tabua.

Em Santa Cruz, depois do temporal, o Governo Regional pediu à Câmara Municipal que procedesse ao levantamento das situações mais graves verificadas naquele concelho, tendo a autarquia identificado 29 casos com necessidade de serem recuperados, mas cuja maioria, no entanto, passados que são já seis anos, continuam sem conhecer qualquer intervenção resolutive. Exemplo flagrante é a Estrada do Ribeiro Serrão que, embora muito danificada e com falta de segurança, quer na berma, quer nas encostas sobranceiras, permanece completamente deixada ao abandono.

Em Câmara de Lobos, na foz da Ribeira do Vigário, a consolidação das margens da ribeira e os trabalhos de recuperação continuam ainda por fazer, tal como no Curral das Freiras, onde ainda existem consolidações de escarpas por concretizar, mas a situação mais grave prende-se com o facto de ter sido colocado um aterro no pós-20 de Fevereiro de 2010 junto a uma linha de água no Sítio da Fajã dos Chiqueiros.

Grave é também o facto de, seis anos depois da ocorrência da catástrofe, ainda existirem pessoas realojadas provisoriamente por não terem condição que lhes permitam o regresso em segurança às suas habitações, ou porque foram destruídas ou porque os apoios à reconstrução habitacional tardam em chegar.

Segundo dados oficiais, existem cerca de 50 famílias à espera de apoios financeiros do programa SOLARH, mas temos a percepção que existem muitas mais famílias realojadas, provisoriamente, em fogos do IHM – Instituto de Habitação da Madeira, ou ainda em casas de familiares. Viver seis anos numa situação provisória é tempo demasiado, e estas pessoas merecem uma efectiva resolução para a sua situação.

Igualmente censurável e vergonhoso é o facto de, tanto tempo decorrido, e não obstante os constantes alertas e apelos, ainda não ter sido instalado o tão necessário radar meteorológico, fundamental para garantir o alerta antecipado para situações de aluviões

com a margem de tempo necessária para minimizar riscos, salvar vidas e limitar consequências.

A intervenção nos cursos de água, que tiveram um papel preponderante nos funestos acontecimentos de Fevereiro de 2010, resultou na aplicação de um conjunto de técnicas de duvidosa eficácia, tendo, em muitos casos, contribuído mesmo para estreitar ainda mais as linhas de água, potenciando riscos em aluviões futuras, como se verifica na intervenção do Ribeiro da Casa Branca, no estrangulamento do Ribeiro da Penteada, na diminuição do leito do Ribeiro nas Eiras, no Monte, bem como no emanilhamento de uma linha de água junto aos estaleiros da *Tecnovia*, também na freguesia do Monte, entre tantas outras situações que, em nosso

entender, mais não fazem do que, como já foi referido, contribuir para aumentar riscos e perigos no futuro, em vez de os minimizar, como seria de esperar.

E não somos só nós que o dizemos:

Em entrevista ao semanário *Tribuna da Madeira*, na sua edição de 19 de Fevereiro último, dizia o geógrafo Raimundo Quintal: *“Há intervenções em linhas de água que aumentam a segurança das populações, mas há outras, a meu ver, que não abonam nada em relação ao futuro. [...] Há ali um dispêndio de betão incrível e não creio que a vila da Ribeira Brava esteja mais segura. Olhando para aquilo, quer para as ribeiras quer para os afluentes,*

*parece que a água pode ser domesticada depois das fortes chuvadas, o que não é verdade.”.*

As dúvidas estendem-se igualmente à canalização dos troços da Ribeira de São João ou à junção e afunilamento das fozes das ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes; e no que concerne ao famoso “Cais 8”, também no Funchal, Raimundo Quintal não tem dúvidas de que tal empreendimento foi, e de acordo com as suas próprias palavras, “*um erro crasso*”.



Seis anos decorridos da catástrofe que assolou esta terra em Fevereiro de 2010, é neste quadro que é absolutamente necessário fazer um debate sério, honesto e consequente sobre o que falhou na reconstrução e o que falta fazer.

Há que intervir para minimizar riscos, e não para potenciá-los. Há que resolver os problemas e as situações que põem em causa a segurança das pessoas, bens e infraestruturas, e não piorar os que já existem. Há que garantir a resolução dos problemas de habitação e recuperação económica, e não negligenciá-los e fazer de conta que o provisório é solução.

Sabemos que vivemos numa região que é ciclicamente assolada por fenómenos meteorológicos

de curta duração mas de grande e desastrosa intensidade, e contra essa realidade nada podemos fazer. Mas podemos, isso sim, minimizar os efeitos das aluviões, eliminando factores de riscos que são potenciados pela intervenção humana.